

CEDI - P. I. B.  
DATA 07/03/94  
COL. YAD 00308

MEMÓRIA DA SEGUNDA ETAPA DAS  
REUNIÕES PREPARATÓRIAS

À

ASSEMBLÉIA GERAL DA CCPY



SÃO PAULO, 10, 11 e 12/NOVEMBRO/1993

**Presentes:**  
**Abel de Barros Lima**  
**Carlo Zacquini**  
**Claudia Andujar**  
**Deise Alves Francisco**  
**Jaci Ferreira**  
**Marcia Marisa Veloso (para anotações)**

A Coordenadora (C.A.) inicia falando sobre a Consultoria Externa. Tony Gross estará ocupado até fevereiro de 1994. A OXFAM, através de Carlos Eduardo Monteiro, teria nomes para sugerir e também oferece pessoas para avaliação. Existe a possibilidade de financiamento a esta consultoria. Nesse encontro Carlos Eduardo gostaria de conhecer outras pessoas da CCPY que não a Coordenadora e o Consultor, como é habitual.

A Coordenadora de Saúde (D.A.F.) sugere como ponto inicial da discussão a reavaliação do Conselho atual e a redefinição das funções, enquanto se aguarda a decisão sobre a Consultoria.

C.A. menciona que anteriormente fazia Relatórios de Atividades e que deixou de fazê-los devido às muitas objeções do Procurador. Questiona o que é a Coordenação. Faz uma explanação de seu encontro com Rosa Maria Fischer. Diz que o trabalho seria desenvolvido em 120 hs, ao custo de US\$ 8.000. R.M.F. mostra interesse e cortesia pela CCPY. Atende vários clientes e várias ONGs ligadas a direitos humanos.

Secretária (J.F.) explica o procedimento da execução da Memória da última reunião, realizada em 16/8/93, interrompida pela notícia do massacre de Haximu. Discute-se se se envia cópia para Carlos Alberto Ricardo e Maria Helena.

Procurador (A.B.L.) levanta a questão de dados censitários acerca do número de índios que constava no relatório de saúde.

Assessor (C.Z.) fala que não diminuiu o número de índios. Se tivéssemos uma equipe boa seria simples o cálculo. Há mais do que temos no censo. É lento, não se faz em 6 meses. Faz um ano que começou um atendimento regular (3 aldeias novas, por ex.), do lado da Venezuela.

A.B.L. diz que há mais ou menos 800 índios, o Programa de Saúde cresceu, acha que deve ser mandado este dado para as agências.

A Coordenadora diz que a OXFAM analisa que realmente é difícil encontrar uma consultoria com tantas faces. O procurador sugere que a pessoa entenda de:

- 1) Administração
- 2) Amazônia
- 3) Índio
- 4) Agências
- 5) Política geral do Brasil/Estado

C.Z. fala da necessidade de uma pessoa capaz de se relacionar com os índios em Boa Vista. As pessoas existentes têm boa vontade, mas deixam acontecer coisas que criam problemas sérios, por ex: falta comunicação. É preciso ter alguém com experiência, racionalidade e prática.

D.A.F. coloca a questão das armas na CCPY. C.A, juntamente com o Procurador, reitera que a CCPY não pode se envolver com armas, e sugere que a Funai dê encaminhamento para este tipo de questão. João das Neves poderia acompanhar seu desdobramento.

**Presentes:** Abel de Barros Lima  
Carlo Zacquini  
Claudia Andujar  
Deise Alves Francisco  
Jaci Ferreira  
Rosa Maria Fischer (consultoria)  
Lúcia Coutinho (para anotações)

Rosa Maria Fischer apresenta seu projeto de consultoria para a CCPY, discorrendo sobre sua metodologia de pesquisa/ação. Prevê que para essa consultoria de redefinição de estratégias e indicadores necessitaria, para levantar dados, de 7 a 12 entrevistas individuais, com duração aproximada de uma hora e meia cada, aplicadas por profissional que conhece o método, e algumas grupais. O momento seguinte seria o dos *workshops* de consolidação, para gerar o produto final, com base nas análises feitas. O trabalho da consultoria seria basicamente o de estruturar os *workshops* e devolver o material para a CCPY com macro-objetivos (100 a 120 horas técnicas: em campo, 60% e elaboração/análise do material, 40%). Destaca que não é um trabalho barato. Está falando de US\$12/15 mil dólares de honorários profissionais, fora custos. No entanto, diante de colocação de C. A. de que o custo do trabalho é o maior empecilho para a CCPY, comunica que conversou com os sócios, que concordaram em fazer a doação dos honorários Senior. O custo cairia para aproximadamente US\$ 8 mil, remunerando o trabalho de equipe e custos de escritório. Outra opção que ofereceu seria o uso de seu trabalho voluntário através de algumas recomendações, sem trabalho estruturado.

A.B.L. destaca que o Norte principal da CCPY não muda - continua a ser a defesa do povo Yanomami. A crise de identidade existe no sentido de crise de crescimento e crise organizacional. De resto, sabe-se o que fazer. Em março termina período financeiro e a CCPY tem que repensar como se inserir nos próximos anos no Estado brasileiro, analisar as políticas públicas e governamentais (ex.: escritório em Brasília). Considera as técnicas modernas de planejamento estratégico um grande auxílio. É o olho de fora com uma visão técnica que pode acomodar essas crises. A ajuda de uma pessoa de fora é boa nesse sentido.

C.A. confirma que se sabe o que se tem como alvo; no passado, era a demarcação e um trabalho de saúde inicial, que agora está muito mais estruturado. Terra/Saúde/Educação, essas são as bases do trabalho da CCPY. O que é necessário agora é que a entidade se organize melhor para executar esse trabalho. Por exemplo, na Saúde houve um salto de 2 pessoas, há 2 anos, para 17 atualmente. A parte administrativa não acompanhou esse crescimento. A crise é uma questão interna da CCPY: há a necessidade de reestruturar a CCPY de acordo com as mudanças de trabalho e de poder dentro da própria Organização. A entidade cresceu mas as decisões ficaram nas mãos de poucas pessoas. Acredita que há pontos da administração que estrangulam

C.Z. lembra que as dificuldades criaram impasses - a CCPY passou a "apagar incêndios" a toda a hora.

D.A.F. vê um distanciamento entre a filosofia CCPY e o trabalho a ser realizado, talvez devido às crises emergenciais nas contratações. Os novos quadros apresentam o tipo "funcionário público". Aponta para o fato de que há uma separação entre a parte política e a saúde - passa a existir o "nós" e o "eles" e deixa de existir diálogo.

Fischer destaca que a CCPY precisa definir se é importante levar as pessoas a ter uma identidade maior, a serem comunicadoras das idéias e da postura da

Acervo  
Comissão em seu local de trabalho. É preciso a CCPY ser "nós"? Lembra que mesmo entrando-se como pesquisador se deflagra um processo. Não é fácil nem indolor. Deixando suas colocações para reflexão, retirou-se.

Passou-se a debater a consultoria Fischer ou Gross. O custo de Fischer foi considerado muito alto. US\$ 2/3 mil foi a disponibilidade considerada adequada. Lembrou-se que, por Tony ser muito conhecido, seria melhor ter pessoa de fora.

A discussão seguinte foi sobre Saúde. D.A.F. afirmou que preferia fazer o detalhamento do novo Projeto de Saúde por escrito, mas que adiantaria que nele estaria presente a idéia de autonomia, tecla em que se bateu o ano inteiro. É a idéia do "guarda-chuva": vários projetos com administração e recursos próprios, sob a CCPY. O ideal seria a CCPY existir como um grande guarda-chuva, com diversos projetos autônomos. Vai detalhar quais são as necessidades do Projeto de Saúde nesse esquema e apresentar à CCPY. O gerenciamento seria em BV, com autonomia de fato para os próximos dois ou três anos.

C.A. tinha uma pergunta prática: e se recursos não vierem?

D.A.F. ressalta que não quer dinheiro na mão, mas sim conhecer o orçamento. Não quer ficar independente, mas participar da elaboração do orçamento, tomar decisões de contratação.

A.B.L. ressaltou que execução financeira e física mensal do projeto não seria viável e que o melhor seria trimestral. Não se pode executar as demandas de dinheiro ao centro financeiro mês a mês. Lembrou que os cronogramas de futuro nunca se realizam, devido a epidemias e acontecimentos extras. Sugeriu que fosse preparado projeto piloto de autonomia tanto para o Projeto de Saúde como para o departamento BV. A política de pagamentos passa a ser de lá, mas há custos aqui que não serão admitidos lá: comunicações, captação de recursos, etc. Há, segundo ele, três variáveis de difícil controle: inflação, mudança da taxa de câmbio e captação de recursos. O que consta do orçamento não quer dizer que será captado. Como pedir mais recursos se há sobrando de projetos que não foram realizados?

Para C.A., o que continua faltando é uma planilha mensal para consulta, que apresente gastos e rendas, com uma posição atualizada da verba da CCPY. Se a CCPY adotar projetos independentes, poderão ser utilizados, dentro de um *pool*, serviços em comum. Os projetos necessitarão dos serviços de um *pool* que ofereça o apoio institucional da CCPY. É preciso haver reuniões do pessoal do projeto e do Conselho Administrativo da CCPY a cada três meses, para analisar, poder crescer e ir reformulando. Pelo menos no primeiro ano, seria importante medir como vão as coisas, levando-se em conta que cada projeto representa um X para a CCPY em termos de orçamento.

D.A.F. acredita que seria necessário definir a consultoria junto com o Projeto de Saúde, para se debater o apoio da CCPY a cada projeto autônomo. O Projeto de Saúde teria autonomia para decidir, desde que não fugisse do orçamento. Seria elaborado para uma duração de 3 anos.

A.B.L.: E se houver superavit? Só poderá ser utilizado se autorizado pelas agências. A estrutura é perigosa. É um projeto especial dentro da CCPY, sem administração própria, todos CLT, dentro da responsabilidade da CCPY. A responsabilidade das contratações, encargos, etc., é da CCPY. Na terceirização, assumiriam também as responsabilidades. Por outro lado, um Projeto de Saúde inteiramente em mãos de médicos poderia ser menos político e mais protegido. A CCPY ficaria no seu papel de defender os direitos dos Yanomami. Não esquecer de colocar as provisões no custo. Têm que aparecer na

coluna custo, senão parece barato. Custo a pagar para a CCPY sede. Cuidar para não duplicar serviço.

D.A.F. coloca que em 20 de dezembro entregará o Projeto de Saúde e em 15 de janeiro haverá reunião com o Conselho para a definição de uma nova instância administrativa. Acredita ser importante definir-se a consultoria para se poder dar andamento ao trabalho.

**11/11 Revisão da pauta (manhã e tarde)**

**Presentes: A.B.L., C.Z., C.A., D.A.F., J.F., M.M.V.**

**Anotações: J.F. e M.M.V.**

Discute-se o fato da ida de Lula ao Demini. É decidido um contato preliminar com Davi para encaminhar junto à comunidade. Pondera-se medo da "exploração" negativa da mídia, pelo fato do Lula ser do PT.

A Coordenadora retoma a discussão em relação ao projeto de saúde. Diz que se a equipe ficar autônoma é muito bom, mas tem a parte administrativa, pois deve haver mais projetos, além da saúde, tem que ter o mínimo de pessoas no escritório, que é um pool (na parte administrativa). Discute a questão do Vicente: onde ele se enquadra?

D.A.F. avalia como bom o trabalho do atual Assistente Administrativo e fala sobre possível saída da Sílvia. Diz que é preciso procurar uma pessoa/logística que dê conta de rotinas (Meta, etc.), uma pessoa só para este setor, há a necessidade do Vicente ficar "solto" para questões gerais.

C.Z. informa que GTZ vai treinar pessoas para resolverem problemas técnicos em relação aos painéis solares. A Coordenadora enfatiza que esta pessoa poderia fazer outras coisas, no escritório, por exemplo.

D.A.F. salienta a necessidade de contratações para viabilizar o projeto de saúde com a implantação do banco de dados. Seria necessário uma pessoa ligada à "logística", um digitador para atualizar diariamente o banco de dados, uma secretária, a coordenadora e o motorista.

C.A. explicita a D.A.F. a necessidade de contato com as agências financiadoras, acha que há uma resistência quanto a isso, politicamente considera importante que as agências conheçam os coordenadores dos projetos. O papel do coordenador é atuar tanto em Boa Vista quanto São Paulo, quando solicitado.

C.A. quer fazer um projeto para as agências, um projeto amplo onde destaca a importância dos aspectos culturais, educativos e em outros níveis, um material para divulgação, onde houvesse exposição do trabalho.

A.B.L. justifica a necessidade de se enviar para as agências fotos/documentos da construção do posto Balawaú, dada a importância deste projeto no cenário geral dos projetos.

Discute-se e avalia-se o papel do Conselho Administrativo. A.B.L. historiciza a criação desta instância a nível informal, deveria ser paritário, daí a inclusão de um médico. Quando do afastamento de Pascalicchio, o Conselho Administrativo ficou a cargo da Coordenadora (Claudia), do Procurador (Abel) e do assessor (Carlo Zacchini). Em 1992 dá-se a admissão da Coordenadora de Saúde (D.A.F.), que se torna membro do Conselho.

A Coordenadora diz que o Estatuto da CCPY está "caduco" e questiona sobre o que são instâncias intermediárias (na fala do Procurador).

Acervo  
D.A.F. vê uma lacuna entre a Assembléia e a Consultoria. Há necessidade de soluções urgentes, definição de funções. A nova idéia é deixar a Consultoria observar a crise que há na CCPY, a tensão nas relações. Questiona o papel da secretária (J.F.): ela entra ou não para o Conselho Administrativo? Há muitos pontos conflitantes, é preciso despersonalizar a CCPY.

C.Z. acha interessante a idéia da definição da função cada um.

J.F. também questiona seu "papel", se há espaço para suas ponderações.

C.A. sugere que todos os participantes coloquem suas funções e responsabilidades por escrito, inclusive para ser fornecido à consultoria.

D.A.F. e A.B.L. discutem acerca de material de consumo e permanente. Fica decidido que a aquisição de material permanente de grande porte passe pelo crivo do Conselho Administrativo.

Por terem um peso significativo no orçamento geral, as contratações, demissões e passagens extras devem ser submetidas ao Conselho Administrativo.

A.B.L. salienta que atualmente as agências financiadoras estão mais rigorosas na avaliação da prestação de contas.

12/11 (manhã e tarde)

**Presentes: A.B.L., C.Z., C.A., D.A.F. e J.F.**

**Anotações: J.F.**

A.B.L. viajará para Boa Vista para orientar a Coordenadora de Saúde e pessoal administrativo.

Aumento geral de 20% na folha de pagamento em outubro. A.B.L. lembra a D.A.F. que receita programada é diferente de receita efetivada.

C.A. propõe o convite a pessoas ligadas a administração de projetos, para demonstrar sua experiência frente à clareza orçamentária.

Em relação à consultoria, C.Z. sugere buscar apoio junto a outras agências, caso não seja possível consultar R.M.F. sobre outras possibilidades.

Foi deliberado que a partir de novembro os salários dos auxiliares de enfermagem serão nivelados. O diferencial entre enfermeiros e auxiliares de enfermagem foi estabelecido em 20%

Em relação à Administração de Boa Vista, o Assistente Administrativo terá um aumento de 15% e o Auxiliar 20%, a partir de novembro.

O Procurador reitera a necessidade de o Assistente Administrativo dividir com outra pessoa as assinaturas de cheques.

C.A., A.B.L e C.Z. esclarecem a D.A.F. que o Projeto de Saúde será submetido ao Conselho Administrativo. Em contrapartida, D.A.F. chama a atenção para o fato de que apesar de o projeto ser da CCPY, alguns itens estão fora de discussão. Na apresentação do projeto (prazo máximo 20/12), apontará as condições básicas para o desenvolvimento e continuidade de seu trabalho.

Ficou decidida a contratação da Fischer Consultoria, nas seguintes condições: a CCPY assume parte das despesas (US\$ 3.000), buscando o complemento dos honorários junto a agências. Na reunião com a OXFAM será proposta ao Coordenador a viabilização desses recursos.✓